ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: TRAMAS E URDIDURAS DE UM NOVO CAMPO DE PESQUISA

CHRISTINE DE ALENCAR CHAVES
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Nesse momento especial de "festa", em que nos reunimos para comemorar os trinta anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)/UnB,[1] os que compõem esta mesa assumiram a responsabilidade de apresentar uma reflexão a respeito dos *Desafios e perspectivas da antropologia*. Responsabilidade que a mim particularmente honra, pois neste PPGAS fiz-me antropóloga. O desejo de homenagem e o sentimento de reconhecimento precisam, no entanto, ser domesticados em linguagem comedida, atributo que o motivo e o próprio espaço da celebração prescrevem. Porém, sendo entre todos a neófita, não procurarei apresentar aqui um diagnóstico da produção antropológica no meu campo de pesquisa. Mais modestamente, nos limites que uma comunicação como esta impõem, buscarei delinear a perspectiva geral que tem orientado algumas das contribuições da *Antropologia da política*. Não posso prosseguir sem, no entanto, deixar de sublinhar que há entre nós protagonistas muito mais autorizados a cumprir essa tarefa.

Treinada no enfoque etnográfico que se atém aos cenários, cenas e narrativas concretas, sobre os quais se detém o olhar interpretativo do pesquisador e a partir dos quais é feito o trabalho de construção, cotejamento e crítica de conceitos, não pretendo propor síntese, chegar a conclusões generalizantes ou apresentar propostas de renovação teórica. Esta última, talvez a de maior interesse dentre as tarefas listadas, pode ser adequadamente

1 O encontro comemorativo dos 30 anos do Programa de Pós-Graduações de Antropologia Social da Universidade de Brasília foi realizado, em novembro de 2002, na própria universidade.

cumprida, única e exclusivamente por meio de pesquisas acuradas sobre fenômenos discretos, com o exercício minucioso e, ainda assim precário, de ordenar pelo pensamento ou buscar a inteligibilidade da realidade infinitamente múltipla do mundo social. Renúncia à ambição teórica? Certamente não: por um lado reconhecimento da obscuridade e estranheza do mundo humano, que por ofício nos compete compreender; por outro, consciência da frágil e instável qualidade de nossas ferramentas teóricas. Como aprendi com meus mestres, a boa teoria ancora-se na boa ou em boas etnografias e é tecida na trama mesma em que a pesquisa se desdobra em representação discurssiva.

Embora já bastante profícuo, o campo das pesquisas abrigadas sob o título de uma *Antropologia da política* é extremamente recente. Talvez, por isso mesmo, seja de proveito indagar quais as condições que ensejaram essa produção. De uma maneira sumária, pode-se aduzir três diferentes fatores, relacionados aos desenvolvimentos teóricos mais gerais da disciplina, à história específica da Antropologia no Brasil e ao próprio contexto histórico recente do país. Desde que a Antropologia passou a ser hegemonicamente concebida como um modo de conhecimento definido não por um objeto, mas por uma perspectiva (des)centrada na diferença, abriram-se novas e insuspeitadas possibilidades de pesquisa. Já há muito abandonado preocupações normativas, superado veleidades cientificistas e com um corpo de conhecimento acumulado no estudo da alteridade pelo método do trabalho de campo com esse novo descentramento, a Antropologia pôde estender seus interesses para os mais diversos âmbitos, produzindo com sua perspectiva relativizadora um conhecimento renovado sobre a realidade social.

No Brasil, os efeitos dessas mudanças repercutiram de maneira especialmente significativa em razão do fato de a Antropologia ter-se constituído aqui como uma Ciência Social, legitimando-se a partir de um processo de diferenciação com a Sociologia e a Ciência Política, mas todas vinculadas aos interesses de construção da nação (Peirano, 1986; 1992; 1999). O aludido giro epistemológico da Antropologia foi entre nós mais ou menos concomitante à institucionalização dos Programas de Pós-Graduação – incluindo o PPGAS/UnB – e, também, à instalação do regime autoritário no país. Assim, a explosão da diversificação temática na disciplina foi acompanhada da profissionalização e do estabelecimento de um padrão de qualidade nas pesquisas e, por razões históricas, também associada à transformação do trabalho intelectual acadêmico em um dos últimos redutos em que a crítica social era facultada. Em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, verificou-se o esgotamento político do

regime militar e do seu modelo de sustentação econômica. A crise do regime foi escoltada pela emergência de movimentos sociais reivindicatórios em torno de demandas pontuais e concretas tanto no campo como nas cidades, além da rearticulação do sindicalismo e do crescimento eleitoral da oposição consentida, impulsionando de maneira definitiva o processo de abertura política. É nesse contexto de repolitização da sociedade, a partir de questionamentos oriundos de um misto de interesse prático e de engajamento intelectual com o processo de redemocratização, que surgem as primeiras pesquisas antropológicas orientadas, por exemplo, para a compreensão dos símbolos de cidadania expressos nos documentos (Peirano, 1986); para a problematização da não-conversão da lealdade sindical em capital político (Palmeira, 1992; Palmeira e Herédia, 1995), ou para a investigação da percepção popular a respeito da política, por ocasião das primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989 (Chaves, 1993).

Se o clima dos tempos tornaram propícias as condições para o amadurecimento do "antropólogo como cidadão", eles se manifestavam também nos novos ventos teóricos da disciplina. O esgotamento do modelo objetivante de conhecimento implicou o deslocamento da orientação teórica para a questão da significação. Com ela, verificou-se uma revalorização do "ponto de vista nativo" e o privilegiamento da ação social como ação significativa. Ou seja, o interesse antropológico voltou-se para a densidade significativa do vivido. Os antropólogos foram tomados do escrúpulo maussiano notado por Lévi-Strauss (1974: 24-25), e que os obriga a se manter referidos ao fato social que "nunca deve ser completamente despojado, mesmo pela mais alta abstração, nem de sua cor local, nem de sua ganga histórica", como afirmou Mauss (1974: 184). O privilegiamento dessas duas dimensões – a das representações e a da ação social – fez-se, portanto, tributário de uma revalorização da herança de Durkheim e Weber. Tomar o aspecto simbólico dos fatos sociais, implica, na melhor tradição antropológica, não opor representação e ação, como mais uma vez bem expressou Mauss: "na maioria das representações coletivas (...) (trata-se) de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente para significar outras e comandar práticas" (Mauss, 1974: 190). Talvez em nenhum outro domínio da vida social moderna essa perspectiva se apresente de maneira tão evidente como na política. Na política, as palavras têm um poder performativo inaudito. Tanto quanto as ações, elas assumem um poder constituinte e são, em geral, destinadas a adquirir relevância, isto é, significação social.

Assim, o ponto de partida do projeto de uma Antropologia da política – consolidado com a constituição de um grupo interinstitucional de pesquisa, o Núcleo de Antropologia da Política[2] (Nuap) – ancorou-se na atenção privilegiada ao "ponto de vista nativo", a começar pelo próprio recorte do objeto, definido pelo que é socialmente pensado como política. Tal delimitação faz-se particularmente importante e necessária se considerarmos ser a política um domínio central de elaboração da autoconsciência das sociedades modernas, assim como do pensamento social nelas produzido, de que somos, de uma forma ou de outra, herdeiros. A cautela exigida implica, portanto, uma vigilância suplementar, pois diz respeito aos próprios fundamentos, tácitos e teóricos, que alicerçam nossa concepção de sociedade. Todo o acúmulo da tradição antropológica faz-se mais que nunca necessário, a começar pela problematização do senso comum acadêmico que toma a política como um domínio separado nas sociedades ditas modernas. Ao contrário, a Antropologia da política pode ser considerada tributária, entre outros, de Evans-Pritchard, na medida em que consolida a ampliação da noção de política que seus trabalhos deram início. No entanto, diferentemente dos seus herdeiros britânicos, insere a política na sociedade global e, portanto, no âmbito geral da Antropologia social. O privilegiamento da abordagem etnográfica tem sido imprescindível para revelar o imbrincamento social da política, mostrando como nos termos do pensamento e da experiência nativa ela é atravessada por princípios que regem toda a sociedade. Assim, evitando substantivações, a política tem sido tratada como *atividades, interações e representações* cuja delimitação se verifica sempre contextualmente, pelos próprios atores sociais nela implicados.

Como é compreensível, uma parte significativa da produção inicial dos pesquisadores envolvidos em torno do Nuap tem focalizado o fenômeno das eleições, do voto e da representação política.[3] Portanto, diferenciando-se

2. O Nuap reúne pesquisadores de Programas de Pós-Graduação de diferentes instituições como o Museu Nacional, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com a aprovação do projeto de pesquisa "Uma antropologia da política: rituais, representações e violência" pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Nuap passou a ter uma existência institucional a partir de dezembro de 1997.

3. Em relação a alguns trabalhos, pode-se citar as seguintes coletâneas, Palmeira e Goldman, 1996; Palmeira e Barreira, 1998; Herédia et al., 2002, além dos trabalhos de Chaves, 1993; Scotto, 1994; Barreira, I. 1998 e Kushnir, 2000a; 2000b.

da Ciência Política, cujas análises têm se centrado nos partidos, segundo uma abordagem predominantemente internalista, como já notaram outros antropólogos (Goldman e Sant'Anna, 1996). As eleições são um tempo nativamente recortado – o "tempo da política" (Palmeira, 1995) – em que se acentuam as atividades políticas e os diferentes tipos de atores políticos se encontram. É quando parece verificar-se uma relativa inversão de papéis entre aqueles normalmente considerados como politicamente passivos – os eleitores – e aqueles tidos como ativos – os políticos profissionais.[4] Se o tempo da política, seguindo Palmeira (2002), representa um recorte social que demarca uma excepcionalidade – em que, incluindo, a explicitação dos conflitos passa a ser tolerada – talvez seja possível acrescentar que um dos elementos dessa excepcionalidade é uma espécie de suspensão transitória da assimetria político-eleitor, criada pela liminaridade imposta aos políticos profissionais pela característica cíclica de suas carreiras. Essa assimetria pode ser constatada, por um lado, na crítica feita por eleitores de que o "quando é época das eleições o político reconhece a gente, bate no ombro, chama pelo nome, depois de eleito passa de carro na rua e nem olha para o lado" (Chaves, 1993).

Entretanto, se consideramos as eleições como um ritual (uma das abordagens privilegiadas no Nuap), pode-se reconhecer nelas, por outro lado, uma acentuação de aspectos que estão presentes no cotidiano da sociedade, repondo de outro modo a diferenciação de papéis entre os políticos profissionais e os eleitores. Durante as eleições, a participação dos eleitores não só é tida, como passa a ser fundamental[5] – para além do momento pontual do voto – e políticos em campanha buscam de diversos modos, usando os mais diferentes meios, tornar-se (oni)presentes, próximos ao eleitor. Com a exposição de sua biografia, o uso de imagem, música, slogans e símbolos os mais diversos, eles buscam apresentar-se[6] e fazer-se reconhecidos, geralmente pela construção de uma identificação com o eleitor. Mas eles o fazem desde um lugar diferenciado, de destaque, como os comícios

4. Um trabalho que elabora explicitamente essa inversão de papéis é o de Kushnir (2002).
5. É preciso lembrar a insistência com que se repete que o voto é um direito e também um dever, ou seja, no caso da sociedade brasileira, o caráter obrigatório é transformado em exercício de cidadania.
6. O trabalho de Scotto (1994) explicita essa característica da campanha como ritual de apresentação do candidato.

evidenciam.[7] Assim, pode-se dizer que o período eleitoral expõe de maneira dramática o paradoxo da representação.[8]

Como este paradoxo se explicita durante as eleições? As etnografias têm mostrado em diferentes contextos a recorrência e a centralidade da categoria *compromisso* nas relações políticas, seja nos períodos de campanha – em municípios do interior (Chaves, 1993; 1996; Palmeira, 1996) e nas metrópoles (Kushnir, 2000a; 2000b) – ou mesmo durante a atividade parlamentar (Bezerra, 1999). Ela é referência tanto na relação político-eleitor, quanto naquela estabelecida entre políticos de diferentes esferas da federação.[9] Tudo se passa como se a política fosse a arte de comprometer-se e comprometer a outrem. Mas a categoria compromisso não opera sozinha, no Brasil ela vem associada à *promessa* e, em determinados contextos, ao *pedido* e ao *favor*. Todas essas categorias referem-se a um âmbito de relações – expressas em atos de fala e em ações – que vincula pessoas morais, indivíduos investidos de suas teias de relações e obrigações sociais. Essa indissociabilidade é tão importante que se revela até mesmo nos momentos críticos de perda do mandato parlamentar, como o estudo da operacionalização política do dispositivo do decoro parlamentar feita por Teixeira (1998) revela.

---

7. Como notaram Palmeira e Herédia: "são os comícios que sinalizam o início do tempo da política" (1995: 35). Eles são parte fundamental das campanhas não apenas nos municípios do interior, estudados pelos autores, mas de qualquer campanha eleitoral como o demonstram o farto e imprescindível uso de sua imagem no horário gratuito eleitoral da televisão, apesar da solene afirmação de que "comício não dá voto" (idem: 36). Os autores também destacam o caráter paradoxal dos comícios, pois apesar da distância entre palanque e público, eles estimulam a participação popular como nenhuma outra forma de assembléia política.

8. Irlys Barreira (1998) trata especificamente as campanhas eleitorais como rituais de representação. Com respeito ao paradoxo identidade/diferença consitutivo do problema da representação durante as campanhas eleitorais, a autora estabelece uma interessante distinção entre ritos móveis, expressos no deslocamento dos candidatos, que estabeleceriam a aproximação, e ritos fixos, como os comícios, em que se produziria a hierarquia "entre 'política' e 'povo'" (1998: 28). Teixeira (1998) e especialmente Bezerra (1999) exploram os dilemas entre modelos diferentes de representação.

9. Vitor Nunes Leal, no clássico Coronelismo, Enxada e Voto – que pode ser considerado pioneiro na abordagem sociológica, e, ao seu modo, etnográfica, da política brasileira – já assinalava a importância do compromisso. Escrevia Vítor Nunes Leal em 1949 a respeito do compromisso coronelista: "a regra é ser honrado o compromisso que no município se firma de homem para homem" (1975:41). Bom etnógrafo, ele idenficou esse compromisso como eixo de um sistema complexo de relações entre o poder local e o poder central, constituindo um verdadeiro "sistema de reciprocidade" (1975: 42ss).

Esse vínculo estabelecido entre pessoas morais pode manifestar-se tanto na relação entre indivíduos – na relação candidato/eleitor – como referir-se a grupos sociais, a exemplo das facções nos municípios do interior, ou do vínculo dos políticos com municípios, regiões e outros grupos sociais – o que remete à dimensão das identidades coletivas nas relações políticas. Esse é um campo relativamente pouco explorado nos trabalhos até agora realizados, e com perspectiva de ser particularmente promissor no estudo das eleições para cargos majoritários,[10] seja na explicitação das lutas pelas representações associadas à coletividade, seja na compreensão do poder referido ao exercício desses cargos. De modo geral, a contribuição dos estudos até agora realizados tem sido no sentido de explicitar os mecanismos sociais que no processo eleitoral e para além dele estabelecem e preservam os vínculos entre eleitores e políticos profissionais. Fora do período eleitoral, esses vínculos são matidos e reforçados, por exemplo, por meio de atos de governo, como inaugurações (Borges, 2002b), envio de correspondências, boletins ou cartas (Herédia, 2002), e pela manutenção do *atendimento* à população (Kuschnir, 2000a) ou às "bases" (Bezerra, 1999).

Por sua vez, as campanhas eleitorais buscam reativar esses vínculos, compreendidos como compromissos entre pessoas morais, que se reconhecem como iguais, mas também diferentes, ou ainda, cuja relação é percebida como, por um lado, de identidade e, por outro, de desigualdade. Assim, caminhadas, caravanas, reuniões, visitas e comícios ao mesmo tempo que explicitam uma proximidade e identidade entre o eleitor e o político profissional estabelecem e reforçam a distância e a diferença entre um e outro. Em certo sentido, esse é um dilema inerente à representação política. No Brasil, ele é vivido pelos parlamentares na oposição entre a atividade legislativa, referida à nação, e o atendimento das demandas das bases eleitorais, consideradas como igualmente legítimas. Ao contrário da primeira, que goza da sanção do ideário político moderno, a validação da noção de representação como atendimento a demandas advém dos vínculos políticos estabelecidos com os eleitores em torno das categorias centrais *compromisso* e *promessa, pedido* e *favor*.

Parece que estamos em um circuito de trocas, caracterizado pela obrigação de dar, receber e retribuir – tanto palavras (pedidos e promessas)

10. Os trabalhos de Borges (2002a e 2002b) e o de Teixeira (2002), ambos com respeito ao Distrito Federal apontam nessa direção.

como atos (favores e votos). É preciso lembrar, no entanto, que se os políticos assumem o papel de mediadores, eles o fazem pelos vínculos com sujeitos socialmente desiguais e com sua prática reforçam essa desigualdade. Portanto, ao que tudo indica, aprofundar nossa compreensão das bases de valor que alicerçam essas práticas é imprescindível para se conhecer melhor os elementos que fundamentam a sociedade brasileira, os paradoxos da representação política e a recriação da desigualdade social.

O estudo de campanhas, das eleições e do voto, da derrota eleitoral e do exercício do mandato, assim como dos mecanismos que permitem a sua perda tem contribuído para a compreensão da ação e da representação políticas no Brasil. Mas outras vias também têm sido trilhadas pelos antropólogos na identificação das formas de estruturação das relações políticas, dos mecanismos sociais de poder por elas engendrados e do modo como os símbolos estão entretecidos nessas relações. Dessa forma, busca-se elucidar como tais símbolos e relações, sendo construídos segundo códigos compartilhados, tornam-se demarcadores constituintes de diferenças – seja na sua apropriação semântica, seja na conformação de sujeitos socialmente desiguais. Nessa mesma direção, portanto, outros trabalhos têm se dedicado, por exemplo, à percepção e à construção social da cidadania no Brasil e em outros contextos nacionais, em termos da oposição entre direitos legais e direitos morais (Cardoso de Oliveira, 1999; 2002); ou por meio da observação das formas de construção e uso de símbolos da cidadania, como os documentos (Peirano, 1986; 2002). Pesquisas também têm se voltado para a dimensão violenta da política, na forma da pistolagem (Barreira, C. 1998) e para outros atores sociais na política, como sindicatos (Palmeira, 1998) ou movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) (Chaves, 2000).

Na trilha das tramas e urdiduras com que se fabrica e renova a sociedade, esses trabalhos têm se guiado pelas demarcações nativas da política e encontrado caminhos inusitados como marchas, caravanas, passeatas; lugares privilegiados como reuniões (Comeford, 1996; 1999), assembléias, comícios, festas e acampamentos; eventos que são demarcados como tempos especiais, delimitados por atividades tidas como pertinentes a estes lugares e meios de ação. Esses trabalhos defrontam-se com uma política feita de palavras que são atos e ações que são enunciados simbólicos. Durante as eleições e depois delas, no Parlamento, mas também nas ruas e praças, a política invade e ressemantiza a vida social nos mais diferentes níveis. Cabe aos antropólogos seguir essas pistas que criam e recriam a vida social,

renovando-a de um modo que é possível identificar tanto a permanência quanto a promessa de mudança.

Para finalizar, acrescento que há muito o que fazer na consolidação de um corpo de conhecimentos sobre o processo eleitoral e os mandatos parlamentares, sobre os símbolos da cidadania e os processos legais, sobre a atuação política de sindicatos e dos movimentos sociais. Mas há também um campo inexplorado, ou pouco estudado, que diz respeito à atuação do Executivo e do Judiciário, em suas diferentes instâncias, incluindo a burocracia em suas inúmeras ramificações. Os trabalhos já realizados apontam nexos entre essas diferentes jurisdições, que são pistas valiosas a seguir. Além disso, fora das instituições estatais, há todo um campo a ser explorado seja nas chamadas organizações não governamentais, seja na atuação quase invisível, mas não menos importante, das formas de sociabilidade e organização populares.

Certamente, esse muito a ser feito não deve ser tomado *a priori*, precisa antes ser guiado pelos "problemas culturais" que tornam relevantes e significativos determinados âmbitos da realidade social. Por isso mesmo, como nos ensinou Weber (1993), não devemos esquecer de, ao mesmo tempo, problematizar os fundamentos de valor que sustentam essa relevância e nossas próprias escolhas. O que nos remete ao alerta feito por Dumont, (1975) com relação à ênfase na dimensão política, ou seja, o perigo de nos confinarmos ao que ele ironicamente chamou de "gabinete metafísico", que tomaria o individualismo moral e político, próprio da ideologia moderna, pela descrição da vida social. Tudo indica que a Antropologia da política tem sabido contornar essa armadilha, mas não devemos subestimar o seu poder, afinal, a política parece gozar em nossa sociedade do poder encantatório da magia, ela tem *mana* e confere *mana* – o que coincide com a percepção popular da política como algo exterior, do outro.[11] A política é uma magia que, perseguindo fins práticos, como uma "idéia prática" (Mauss, 1974:121), opera mediante atos e falas rituais que atualizam uma cosmologia

11. Em festa-comício-jogo na qual o prefeito no palanque fazia-se animador de brincadeira de pau-de-sebo, um trabalhador rural observou ser ela "pura manifestação de poder". Observação conforme a de Mauss a respeito do mana, "Não basta dizer que qualidade de mana liga-se a certas coisas em razão de sua posição relativa na sociedade, mas é necessário dizer que a idéia de mana não é mais do que a idéia desses valores, dessas diferenças de potencial" (1974: 149-150).

compartilhada e, apesar de seus fracassos, é ainda assim eficaz, porque capaz de fazer crer. Cumpre-nos desvendar, nessa "arte de fazer" cuja matéria-prima são os desejos coletivos, e deslindar os meios de ação dessa magia no mundo moderno que é a política, como fizeram os antropólogos com respeito à própria magia: sem duvidar de sua eficácia social, mas sem sucumbir aos sortilégios de seu poder encantatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, C. 1998. *Crimes por encomenda*: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BARREIRA, I. 1998. *Chuva de papéis*: ritos e símbolos de campanhas eleitorais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BEZERRA, M. O. 1999. *Em nome das "bases"*. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BORGES, A. 2002a. Tanto azul, quanto vermelho: os sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal. In: HERÉDIA, B. et al. *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

______. 2002b. Cadê o asfalto? Atos de goveno e crônica política. Campos. *Revista de Antropologia Social*, n. 2. PPGAS/UFPR.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. 1999. Entre o justo e o solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA. In: SOUZA, J. (Org.). *O malandro e o protestante*: tese weberiana e singularidade cultural brasileira. p. 265-294. Brasília: Editora UnB.

______. 2002. *Direito legal e insulto moral:* dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

CHAVES, C. 1993. *Festas, política e modernidade no sertão*: Buritis/MG. (Dissertação de Mestrado) – Brasília: PPGAS-UnB.

______. 1996. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. 1996. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.

______. 2000. *A marcha nacional dos sem-terra*: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

COMERFORD, J. 1996. *Reunir e unir*: as reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade. (Dissertação de mestrado) – Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

______. 1999. *Fazendo a luta*. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DUMONT, L. 1975. Preface by Louis Dumont to the French edition of The Nuer. In: BEATTIE, J.; LIENHARDT, R. *Studies in social anthropology*. Essays in memory of E.E. Evans-Pritchard by his former Oxford colleagues. Oxford: The Clarendon Press.

GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, R. 1996. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: PALMEIRA, M; GOLDMAN, M. 1996. *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa.

HEREDIA, B. et al. 2002. *Como se fazem eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

______. 2002. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. In: HEREDIA, B. et al. *Como se fazem eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

KUSCHNIR, K. 2000a. *O cotidiano da política.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

______. 2000b. *Eleições e representação no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LEAL, V. N. 1975. *Coronelismo, enxada e voto. São Paulo*: Alfa-Ômega.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1974. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUS, Marcel. *Sociologia e antropologya.* Vol. I. São Paulo: EPU/EDUSP.

MAUSS, M. 1974. *Sociologia e antroplogia.* v. 1. São Paulo: EPU/EDUSP.

PALMEIRA, M. 2002. Política e tempo: nota explanatória. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito*: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

PALMEIRA, Moacir. 1992. Voto: racionalidade ou significado? *RBCS* 20, p. 26-30.

PALMEIRA, M.; BARREIRA, I. 1998. *Candidatos e candidaturas.* Enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. 1996. *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. 1995. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, n. 94, p. 31-94.

PEIRANO, M. 1986. Sem lenço, sem documento. Reflexões sobre cidadania no Brasil. *Sociedade e Estado*, n. 1(1): 49-63.

______. 1992. *Uma antropologia no plural.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

______. 1999. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).* São Paulo/Brasília: Sumaré/APOCS/Capes.

______. 2002. This horrible time of papers: documents and national values. Brasília: *Série Antropológica*, n. 312.

SCOTTO, M. 1994. *Representação e apresentação*: uma análise da campanha de Benedita da Silva à prefeitura do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado) – Rio de Janeiro: PPGAS-MN-UFRJ.

TEIXEIRA, C. 1998. *A honra na política.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

______. 2002. Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal. In: HERÉDIA, B. et al. *Como se fazem eleições no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WEBER, M. 1993. *Metodologia das Ciências Sociais.* v. 1. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. da Universidade de Campinas.

Resumo

A partir da leitura de etnografias recentes, este artigo examina a produção do campo de pesquisa abrigado sob o título de *Antropologia da política*. Após breve delineamento das condições teóricas e sociais, que ensejaram a constituição desse campo de pesquisa no Brasil, bem como da perspectiva teórica que o orienta, o texto faz um levantamento dos principais temas e questões que têm atraído o interesse dos pesquisadores. Ao apontar algumas contribuições até aqui alcançadas, procura sugerir, também, âmbitos ou temas ainda inexplorados para, finalmente, indicar a cautela necessária ao estudo da política na nossa sociedade.

Abstract

The article assesses recent ethnographies published under the heading of an *Anthropology of Politics*. After sketching the theoretical and social conditions that motivated the constitution of this research field in Brazil, as well as its theoretical perspective, the article points out the major themes and issues that have interested researchers. In this connection, the text also suggests new themes and areas of research yet to be explored, and makes a warning about the need to consider the complexity of politics in Brazilian society.